

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.635 - RS (2019/0072363-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : PABLO PACHECO DOS SANTOS - RS062925
RODRIGO TONIAL - RS063379
PABLO FRIEDRICH DORNELES E OUTRO(S) - RS059377
AGRAVADO : VITOR DA ROSA BUENO
ADVOGADOS : EDISON TADEU SIQUEIRA DE SIQUEIRA E OUTRO(S) -
RS042628
ALINE BALDASSO DE SIQUEIRA - RS104418

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **MAURÍCIO DAL AGNOL**, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, visa reformar o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 187-188, e-STJ):

APELAÇÃO. MANDATOS. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. Há de ser afastada a preliminar de prescrição da pretensão autoral, que motivou a extinção do feito em primeiro grau, eis que não se aplica a ela o prazo trienal pretendido pelo réu. Em se tratando de relação de indenização por mau cumprimento de contrato de mandato, firmou entendimento o Superior Tribunal de Justiça que, ante a ausência de previsão expressa no artigo 206 do CC, o prazo prescricional a ser considerado é o decenal, conforme previsto no artigo 205 do mesmo diploma legal. 2. No caso concreto, os critérios para cálculo da diferença de ações foram firmados ainda na fase de conhecimento, com definição da quantidade de ações a serem indenizadas e dos parâmetros de conversão, em decisão devidamente transitada em julgado, critérios pelos quais foi proposto o cumprimento da sentença, havendo mesmo o depósito pela companhia ré do valor inicialmente executado como garantia do juízo, de forma que a impugnação ao cumprimento da sentença não teria o condão de modificar o valor no quanto mais importante, qual seja, o de fundo, pelo que demonstrada a lesividade no acordo. 3. Não há que se falar na hipótese de abatimento do valor de honorários contratuais sobre a quantia a ser devolvida à autora, isso porque, no caso concreto, não houve cumprimento integral do contrato pelo demandado a ensejar a exigibilidade de tal percentual. 4. Quanto ao termo inicial dos juros de mora para os danos materiais, no caso específico dos autos, em que houve o repasse dos valores devidos ao apelado, incide o quanto previsto no artigo 405 do Código Civil. 5. Já quanto ao termo final de incidência dos encargos, deve ser para tanto considerada a data do efetivo pagamento, inexistindo qualquer fundamento fático ou jurídico apto a permitir seja eleito para tanto a data final o dia do despacho que determinou o bloqueio de todo o patrimônio do apelante, na ação cautelar 021/1.14.0009933-3, conforme pretendido. 6. Demonstrada a responsabilidade do apelado pelo ilícito civil cometido, verifica-se que este,

ao contrário do que sustenta, é capaz de gerar dano moral, decorrente do fato em si e da própria situação a que submetida a recorrente, tratando-se de dano *in re ipsa*. Uma vez estabelecida relação de mandato entre as partes, lastreada na confiança depositada no causídico para melhor atender os interesses representados, é inafastável a conclusão de que o fato de ver-se a autora alijada dos valores a que detinha direito supera a condição de mero aborrecimento, atingindo sua esfera íntima e, desse modo, causando os danos propalados, razão pela qual se mostra necessário que o quantum fixado neste voto siga este mesmo ritmo. 7. A verba supracitada sofrerá correção monetária pelo IGP-M e será acrescida de juros moratórios a contar da data de citação. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 213-216, e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 220-253, e-STJ), o agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 189; 206, § 3º, IV, V; 676; 682, IV; 849; 944 do Código Civil; 11; 105; 189; 240, caput, do CPC/15; 5º, § 2º, 22 e 23 da Lei 8.906/94. Sustenta, em síntese: **a)** negativa de prestação jurisdicional, alegando que o Tribunal de origem não se manifestou sobre todos os dispositivos legais apresentados nas razões recursais; **b)** prescrição da pretensão do autor, alegando que aplica-se o prazo de três anos, contado do momento em que houve o conhecimento da homologação judicial do acordo; **c)** ausência de comprovação dos danos morais e exorbitância do valor da indenização arbitrada; **d)** o termo final dos juros e correção monetária do valor da condenação deve ser a data do bloqueio judicial do numerário; **e)** devem ser abatidos, da condenação imposta a título de danos materiais, os valores referentes aos honorários de sucumbência e contratuais de sua titularidade; **f)** validade do mandato sendo lícito o acordo realizado não havendo o que se falar em prejuízo; **g)** o termo inicial dos juros de mora incidentes sobre a indenização por danos materiais é a data da citação e a partir do arbitramento do valor para o dano moral.

Contrarrazões às fls. 260-264, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 266-280, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso, dando ensejo na interposição do agravo previsto no artigo 1.042, CPC/15 (fls. 284-300, e-STJ).

Contraminuta às fls. 303-306, e-STJ.

É o relatório.

O recurso **não** merece prosperar.

1. De início, no que toca à apontada violação ao artigo 1022, II, do CPC/15, o recorrente alega negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o Tribunal de origem não se manifestou sobre todos os dispositivos legais apresentados nas razões recursais.

Constata-se, da leitura do acórdão recorrido, que a apontada ofensa não se configura, na medida em que a Corte Estadual, ao apreciar os recursos interpostos pelas partes, dirimiu de forma clara e integralmente a controvérsia, analisando as teses apresentadas nas razões recursais de forma suficiente, sem omissão, porém em sentido contrário ao pretendido pelo recorrente, o que não configura negativa de prestação jurisdicional.

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, **nem a indicar todos os**

dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Afasta-se, assim, a alegada violação ao artigo 1022, II, do CPC/15.

2. Aponta, ainda, o recorrente, ofensa aos artigos 189, e 206, § 3º, IV e V, do Código Civil, alegando a ocorrência da prescrição da pretensão do autor e sustentando a aplicação do prazo de três anos, contado da ciência da homologação judicial do acordo.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu:

Da prescrição e da decadência

Há de ser afastada a preliminar de prescrição da pretensão indenizatória veiculada, eis que não se aplica a ela o prazo trienal pretendido pelo apelado. Em se tratando de relação de indenização por mau cumprimento de contrato de mandato, firmou entendimento o Superior Tribunal de Justiça que, ante a ausência de previsão expressa no artigo 206 do CC, o prazo prescricional a ser considerado é o decenal, conforme previsto no artigo 205 do mesmo diploma legal.

[...]

A par de tal situação, no caso em comento, a data da realização ou conhecimento do acordo não pode ser considerada como termo inicial do lapso prescricional, como pretende o réu-apelante, eis que apenas este fato não se presta a demonstrar, modo inequívoco, o ilícito por ele praticado. Em situações como as de que ora se trata, vem sendo considerado por esta Colenda Câmara, como termo inicial, a deflagração da Operação Carmelina, em março de 2014, momento em que se tornou público e notório o modo de operação do demandado para situações análogas:

"Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDATOS. AÇÃO INDENIZATORIA. Prescrição da pretensão do autor, não evidenciada. Aplicação do prazo decenal previsto no artigo 205 do Código Civil. Termo inicial. Deflagração da operação Carmelina. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

(Agravado de Instrumento NQ 70076555721, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de justiça do RS, Relator: Ergio Roque Menine, Julgado em 22/03/2018)"

Assim, havendo a presente ação sido proposta em 20/01/2015 (fl. 02), não se encontra prescrita a pretensão do autor. (fls. 193-194, e-STJ) [grifou-se]

Verifica-se que o entendimento do Tribunal local, na hipótese, ao aplicar o

prazo decenal e afastar a prescrição, encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte no sentido de que o início do prazo prescricional, com base na teoria da *actio nata*, será de quando o titular do direito subjetivo violado tiver a ciência da lesão e de toda a sua extensão. Incide, portanto, o teor da Súmula 83/STJ, a impedir o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

A propósito, são os precedentes:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ADVOGADO. DESCUMPRIMENTO DO MANDATO. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. CELEBRAÇÃO DE ACORDO PREJUDICIAL. RENÚNCIA DE CRÉDITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO CONTRATUAL. ABUSO DE PODER. CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS. ABATIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. TERMO FINAL. QUITAÇÃO. BLOQUEIO DOS BENS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DANO MORAL. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. Controvérsia relacionada com uma série de demandas indenizatórias cíveis ajuizadas por antigos clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol. 3. No caso concreto, ficou consignado que o advogado celebrou acordo prejudicial ao cliente, por meio do qual renunciou a crédito consolidado em sentença com remota possibilidade de reversão, em virtude de ajuste espúrio realizado com a parte contrária. 4. As condutas atribuídas ao réu são incontroversas e indicam o efetivo descumprimento do mandato outorgado, sendo o seu reexame vedado por se tratar de questão decidida à luz do contexto fático-probatório dos autos, a atrair o óbice da Súmula nº 7/STJ. **5. Diante da impossibilidade de precisar o momento da ciência da lesão, deve ser mantida a data de deflagração da Operação Carmelina como o termo inicial do prazo prescricional para as ações indenizatórias propostas pelos clientes lesados, quando foi dada ampla publicidade aos ilícitos imputados ao réu. Aplicação da teoria da actio nata. Precedentes. 6. **Nas ações de indenização do mandante contra o mandatário incide o prazo prescricional de 10 (dez) anos, previsto no art. 205 do Código Civil, por se tratar de responsabilidade proveniente de relação contratual. Precedentes.** 7. O fato de o advogado-mandatário ostentar procuração com poderes para transigir não afasta a responsabilidade pelos prejuízos causados por culpa sua ou de pessoa para quem substabeleceu, nos termos dos arts. 667 do Código Civil e 32, caput, do Estatuto da Advocacia. 8. A responsabilidade pelos danos decorrentes do abuso de poder pelo mandatário independe da prévia anulação judicial do ato praticado, pois o prejuízo não decorre de eventual nulidade, mas, sim, da violação dos deveres subjacentes à relação jurídica entre o advogado e o assistido. 9. É indevido o abatimento proporcional, no cálculo do prejuízo suportado pela parte autora, de parcela relativa a honorários advocatícios contratuais se não houve o cumprimento integral do contrato e a remuneração devida estava atrelada ao proveito econômico obtido pelo cliente no processo originário. 10. Esta Corte firmou o entendimento de que, em se tratando de indenização por danos decorrentes de**

responsabilidade contratual, os juros moratórios fluem a partir da citação tanto para os danos morais quanto para os materiais. 11. A mera notícia de decisão judicial determinando a indisponibilidade forçada dos bens do réu, no cerne de outro processo, com objeto e partes distintas, não possui o condão de interromper a incidência dos juros moratórios. O bloqueio judicial dos bens é medida constritiva de natureza preventiva que não se confunde com a sistemática do depósito judicial em garantia. Precedente em caso análogo. 12. O montante fixado a título de indenização por danos morais (R\$ 10.000,00 - dez mil reais) não se mostra irrisório ou abusivo ante o quadro fático delineado na origem. 13. Não se vislumbra a divergência jurisprudencial suscitada na hipótese em que o entendimento do acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, incidindo a Súmula nº 83/STJ. 14. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp 1750570/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 14/09/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. TEORIA DA ACTIO NATA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. (...). 2. O STJ possui firme o entendimento no sentido de que, com base na teoria da actio nata, o início do prazo não se dá necessariamente no momento em que ocorre a lesão ao direito, mas sim quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão. Precedentes. 3.(...). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.239.244/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10.04.2018, DJe 19.04.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO. PRAZO DECENAL. TEORIA DA ACTIO NATA. APLICAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O início do prazo prescricional, com base na Teoria da Actio Nata, não se dá necessariamente no momento em que ocorre a lesão ao direito, mas, sim, quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão. 2. O prazo prescricional das pretensões indenizatórias exercidas por mandante contra mandatário é o decenal. Precedentes. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.172.987/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12.11.2018, DJe 16.11.2018) [grifou-se]

No caso *sub judice*, consoante consignado pelo órgão julgador, "a ciência do ato ilícito cometido pelo procurador ocorreu apenas quando da divulgação pela imprensa de operações da Polícia Federal, em 21 de fevereiro de 2014" (fl. 194, e-STJ).

Outrossim, quanto ao prazo prescricional em si, nas ações de indenização do mandante contra o mandatário, por se tratar de responsabilidade oriunda de relação contratual, será aplicada a regra prevista no art. 205 do Código Civil, ou seja, 10 (dez)

anos, como visto nos precedentes acima trazidos.

Inafastável, no ponto, incidência do teor da Súmula 83/STJ, a impedir o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. No que toca à apontada violação ao artigo 944 do Código Civil, sustenta o recorrente a ausência de comprovação dos danos morais e a exorbitância do valor da indenização arbitrada pelo Tribunal local.

No particular, decidiu o Tribunal *a quo*:

Dos danos morais

Demonstrada a responsabilidade do recorrido pelo ilícito civil cometido, verifica-se que este, ao contrário do que sustenta, é capaz de gerar dano moral, decorrente do fato em si e da própria situação a que submetido o recorrido, tratando-se de dano *in re ipsa*. Ora, uma vez estabelecida uma relação de mandato entre as partes, lastreada na confiança depositada no causídico para melhor atender os interesses representados, é inafastável a conclusão de que o fato de ver-se a requerente alijada do valor a que detinha direito supera a condição de meros aborrecimentos, atingindo esfera íntima e, desse modo, causando os danos propalados.

Portanto, comprovado o ato ilícito, o nexa causal e os danos, exsurge a obrigação do apelado a repará-los, inclusive os extrapatrimoniais verificados, nos termos do artigo 667 c/c arts. 186 e 927, todos do Código Civil.

No que diz com o quantum indenizatório, há que se ressaltar que, instituído sob aplausos da população e da comunidade jurídica em especial, a indenização pecuniária como forma de reparação do dano moral, também suscitou grandes debates e deu azo a um sem número de demandas aventureiras. De início, discutiam-se sobretudo as elementares a serem consideradas como imprescindíveis para a caracterização de lesão efetiva dessa ordem. Num segundo momento, os vetores para a eleição do valor representativo da reparação tornaram-se alvo de outro tanto de ponderações, tanto doutrinárias, quanto jurisprudenciais.

O indevido manejo do instituto, todavia, abarrotando os Tribunais com pretensão à indenização por situações de mero dissabor ou típicas de contratemplos cotidianos, geraram uma resistência prévia a tudo quanto se refere a tais pretensões. O que acabou por denominar-se "indústria do dano moral" reduziu as indenizações a valores pouco expressivos, com tarifação absoluta para situações similares, como se a vivência de cada uma delas não possuísse condições e resultados próprios.

Pois bem, nesse universo, por anos, tráfegam essas demandas, sabendo o jurisdicionado, de antemão, para o bem e para o mal, quanto lhe caberá pelo enfrentamento de determinada situação, notadamente quando envolvido naquelas que se convencionou dizer geram lesão dessa ordem dada sua própria natureza, classificadas como *in re ipsa*, onde até mesmo demonstração de efetivo dano é dispensada.

Creio, todavia, que o curso dos posicionamentos hermeticamente fechados há que ser repensado, para que passemos a considerar caso a caso, com mensuração específica de atos e reflexos, capacidade financeira de quem haverá de arcar com a indenização, daquele para quem se destinará esta e, enfim, o caráter pedagógico da imposição, a fim de inibidas serem posturas similares.

A tariffação pura e simples, a partir da mera constatação do fato, a meu juízo, nivela todos os demandantes, quando é sabido que cada um suporta os reflexos de tudo quando é vivenciado de forma autônoma e individualizada.

Dito isso, e levando-se em conta que a sentença de primeiro grau extinguiu o feito, reformo a sentença no ponto para o fim de fixar a quantia de R\$ 10.000,00, em favor da recorrente, a título de indenização por danos morais, valor que se mostra suficiente à recomposição do sofrimento psíquico a que esta foi submetida, lesada que foi em relação de confiança e submetida à espera injustificada para receber o que lhe é de direito, lapso durante o qual deixa de usufruir as correspondentes possibilidades. (fls. 197-199, e-STJ) [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, diante das peculiaridades do caso concreto e analisando o acervo fático e probatório dos autos, constatou que *"o fato de ver-se a requerente alijada do valor a que detinha direito supera a condição de meros aborrecimentos, atingindo esfera íntima e, desse modo, causando os danos propalados"* (fl. 198, e-STJ), materializando dano extrapatrimonial passível de condenação indenizatória, e fixou a reparação no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Para derruir as conclusões contidas no *decisum* e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar se os danos morais foram ou não comprovados, seria imprescindível o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada ante o óbice da Súmula 7/STJ.

No que se refere ao pleito de redução da verba indenizatória, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse irrisório ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Na espécie, diante das peculiaridades do caso concreto, o Tribunal *a quo* considerou adequada a verba compensatória fixada no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Para formar seu convencimento, a Corte de origem valeu-se do exame das circunstâncias fáticas do caso em análise, e para alterar tal entendimento, notadamente considerando que a quantia estipulada não se mostra exorbitante, necessário seria o revolvimento do acervo fático e probatório, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ.

Em situações similares, a propósito, esta Corte Superior assim decidiu:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ADVOGADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. FRAUDE. ALVARÁS JUDICIAIS. LEVANTAMENTO. APROPRIAÇÃO INDEVIDA. JUROS MORATÓRIOS. TERMO FINAL. BLOQUEIO DOS BENS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1.

Recurso especial relacionado com uma série de demandas indenizatórias cíveis ajuizadas por antigos clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol. 2.(...). **7. Inviável reapreciar as conclusões do acórdão recorrido no tocante à configuração do dano moral, à sua quantificação e à ocorrência de sucumbência mínima da autora, por demandar a reapreciação do conjunto fático-probatório, procedimento vedado pela Súmula nº 7/STJ, consoante iterativa jurisprudência desta Corte Superior. 8. O montante fixado a título de indenização por danos morais (R\$ 10.000,00 - dez mil reais) não se mostra irrisório ou abusivo ante o quadro fático delineado na origem. 9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp 1.740.260/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26.06.2018, DJe 29.06.2018) [grifou-se]**

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO APELO EXTREMO PARA DETERMINAR A INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO. INSURGÊNCIA DA DEMANDADA. 1. (...). **2. O Tribunal a quo, com base na apreciação do contexto fático e do acervo probatório dos autos, consignou que estão presentes as circunstâncias ensejadoras da obrigação de indenizar, pois a situação vivenciada pelo autor, decorrente do descaso da demandada, caracterizou verdadeiro transtorno capaz de configurar o dano moral indenizável. Alterar tais conclusões demandaria o reexame fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, da teor da Súmula 7 do STJ.** 3. Incidência da Súmula 182 do STJ e do teor do artigo 1.021, § 1º, CPC/15, quanto à pretensa redistribuição dos ônus sucumbenciais. Razões do agravo interno que não impugnaram o fundamento da decisão monocrática no referido ponto, qual seja: incidência da Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno parcialmente conhecido e, nesta extensão, desprovido. (AgInt no REsp 1.509.138/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13.03.2018, DJe 03.05.2018) [grifou-se]

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. **AÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS. ADVOGADO APROPRIAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO. DEZ ANOS. CIÊNCIA DA LESÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.** 1.(...). **4. O valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 5. Não cabe, em recurso especial, examinar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).** 6. (...). 7. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AgInt no AREsp 942.502/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16.10.2018, DJe 24.10.2018) [grifou-se]

Desse modo, inafastável, no ponto, a incidência do teor da Súmula 7/STJ. Cabe ressaltar que, consoante entendimento desta Corte a incidência da

Súmula n. 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes: AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 22/06/2015; AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014.

4. O recorrente aponta a existência de dissídio jurisprudencial em relação ao termo final dos juros e da correção monetária fixados para o valor da condenação, alegando que deve ser a data do bloqueio judicial do numerário e não a data do efetivo pagamento.

Verifica-se que, em relação a este ponto, o recorrente não logrou em indicar o dispositivo de lei federal cuja interpretação tenha sido divergente entre os Tribunais, de modo que, deixando de assim proceder, tem-se como deficiente a fundamentação do recurso, atraindo a aplicação do disposto na Súmula 284/STF, por analogia.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE CONTRATO E DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. **DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. COTEJO ANALÍTICO. SÚMULA N. 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.** 1. (...). 4. Em relação ao dissídio, para se demonstrar a similaridade das questões de direito examinadas nos acórdãos confrontados, além do cotejo analítico, é necessário indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.186.748/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 05.06.18, DJe 12.06.18) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. RESOLUÇÃO DO BACEN. DISPOSIÇÃO NORMATIVA QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. INDICAÇÃO DA NORMA FEDERAL VIOLADA. RESPONSABILIDADE DO RECORRENTE. **AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF.** ACÓRDÃO RECORRIDO E ACÓRDÃO PARADIGMA ORIUNDOS DO MESMO TRIBUNAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 13/STJ. APRESENTAÇÃO TARDIA DE NOVOS PARADIGMAS. NÃO CABIMENTO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. (...). 4. O conhecimento da divergência jurisprudencial exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, sob pena de incidência do Enunciado n. 284 do Supremo Tribunal Federal, por deficiência de fundamentação, ônus do qual a parte insurgente não se desincumbiu. 5. Ademais, o dissídio jurisprudencial não pode ser conhecido quando os paradigmas apresentados forem oriundos do mesmo Tribunal que proferiu o acórdão recorrido, nos termos do Enunciado n. 13 desta Corte. 6. O agravo interno não se presta a suprir deficiências do recurso especial, razão pela qual não cabe a apresentação, nesta via, de novos acórdãos paradigmas. 7. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.220.015/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA

TURMA, julgado em 24.04.18, DJe 03.05.18) [grifou-se]

Inafastável a incidência do teor da Súmula 284/STF, aplicável por analogia.

5. O recorrente alega ofensa aos artigos 676 do Código Civil e 22 e 23 da Lei 8.906/94, sustentando que devem ser abatidos, da condenação imposta a título de danos materiais, os valores referentes aos honorários de sucumbência e contratuais de sua titularidade.

Acerca da questão, assim entendeu o Tribunal *a quo*, *in verbis*:

Não há que se falar na hipótese de abatimento do valor de honorários contratuais sobre a quantia a ser devolvida à autora, isso porque, no caso concreto, não houve cumprimento integral do contrato pelo demandado a ensejar a exigibilidade de tal percentual. Antes pelo contrário, conforme reconhecido nos autos, houve cumprimento defeituoso do mandato, acarretando prejuízos de monta e fazendo exsurgir a necessidade de vir a demandante a juízo para buscar o quantum a que originariamente fazia jus e teria recebido, não fosse a atuação do ora recorrido, de forma que se deve ter em consideração que, ao renunciar expressivos valores nos acordos entabulados, também abriu mão de seus honorários a tanto relativos - alegação que inclusive compõe suas razões de recurso - eis que tal verba encontrava-se atrelada ao proveito econômico decorrente da procedência da ação.

Não é demais ressaltar que a pretensão do réu em tal sentido, vertida que foi em contestação e em contrarrazões de apelação, viola frontalmente a boa-fé objetiva, princípio que informa os contratos no Código Civil, em especial na sua categoria de *venire contra factum proprium*, esta que se constitui, segundo Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald, em "exercício de uma posição jurídica em contradição com o comportamento assumido anteriormente pelo titular do direito", de forma que, renunciando ele ao direito a seus honorários em momento anterior, não pode agora vir a exigi-los. (fls. 196-197, e-STJ)

Como se vê, o acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual o direito, em regra, não tolera o comportamento contraditório, porquanto agride expectativa legítima da parte contrária, consoante se extrai dos seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COOPERATIVA HABITACIONAL. DÉBITOS. COBRANÇA DOS COOPERADOS. LIMITES NO ESTATUTO. REEXAME. SÚMULAS N. 5 E 7/STJ. NEMO POTEST VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. NÃO PROVIMENTO. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ). 2. **O direito, em regra, não tolera o comportamento contraditório, porquanto agride expectativa legítima da parte contrária.** 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1266445/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 06/03/2019).

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E

EMPRESARIAL. CESSÃO DE COTAS SOCIAIS. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AO FINAL DO EXERCÍCIO. PREVISÃO NO CONTRATO SOCIAL. SOCIEDADE DE PESSOAS FORMADA POR DOIS SÓCIOS. CONCORDÂNCIA DE AMBOS. INVERSÃO DO JULGADO. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. TEORIA DOS ATOS PRÓPRIOS. 'VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM'. 1. Controvérsia acerca da distribuição de lucros acumulados a sócio que cedeu suas cotas sociais ao outro sócio. 2. Inexistência de norma legal sobre o momento em que surge para o sócio cotista o direito à participação nos lucros, tratando-se de questão 'interna corporis' nas sociedades de pessoas. 3. Inviabilidade de se contrastar o entendimento do Tribunal de origem acerca da licitude da distribuição de lucros, porque baseada nos termos do contrato social e nas circunstâncias fáticas da demanda, o que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7/STJ. 4. Caso concreto em que o outro sócio anuiu com a distribuição de lucros e recebeu a parcela que lhe tocava. 5. Ausência de comprovação de fraude praticada pelo sócio cedente. **6. Aplicação da teoria dos atos próprios, sintetizada no brocardo latino 'venire contra factum proprium', no que tange à insurgência contra a distribuição de lucros, porque deduzida por sócio que anuiu com o ato e recebeu a parcela que lhe tocava, nos termos do contrato social.** 7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1584500/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 21/03/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE PROVEU O RECURSO ESPECIAL, EM VIRTUDE DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO CARACTERIZADA. 1. Deixando o Tribunal a quo de apreciar tema relevante para o deslinde da controvérsia, o qual foi suscitado em momento oportuno, fica caracterizada a ofensa ao disposto no art. 1.022 do CPC/2015. **2. Por fim, cumpre registrar que, conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário, uma das importantes funções do princípio da boa-fé objetiva é impedir que a parte exerça o seu direito de forma abusiva. Ressalte-se que "a jurisprudência desta Corte, com base no princípio da boa fé objetiva, tem consagrado a proibição do venire contra factum proprium" (REsp 876.682/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 5.8.2010), ou seja, "o princípio da boa-fé objetiva proíbe que a parte assuma comportamentos contraditórios no desenvolvimento da relação processual, o que resulta na vedação do venire contra factum proprium, aplicável também ao direito processual" (AgRg no REsp 1.280.482/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 13.4.2012). Ressalte-se que a proibição do comportamento contraditório aplica-se, inclusive, ao magistrado, quando cria na parte a legítima expectativa de que suas razões serão apreciadas (REsp 1.116.574/ES, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 27/04/2011).** 3. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1698734/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 11/06/2018).

Desta forma, estando o acórdão recorrido em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior acerca da matéria, o recurso especial não merece prosperar, ante a incidência da Súmula n. 83 do STJ, aplicável para ambas as alíneas do permissivo constitucional.

6. Quanto à alegada ofensa aos artigos 682, 849 do CC, 5º, § 2º, da Lei 8.906/94 e 105 do CPC/15, aduz o insurgente o que "não há que se falar em prejuízo ao recorrido, como entendeu o acórdão do tribunal de origem, pois que, a análise do caso deve ocorrer sobre o fato de haver ou não procuração com poderes para transigir, uma vez que a análise de eventual prejuízo ocorrido demandaria ação própria com base no art. 849 do Código Civil" (fls. 243, e-STJ).

O Tribunal local, por sua vez, assim decidiu:

Em suas contrarrazões de recurso, como acima já relatado, afirma o réu/apelante que, quando da realização dos acordos, havia considerável risco de reforma das decisões judiciais nos casos de telefonia, eis que se consolidou no Superior Tribunal de Justiça entendimento acerca dos critérios para apuração de eventual indenização com a adoção de balancetes mensais, gerando, em algumas das situações, até mesmo uma indenização zerada ou com valores devidos em favor da Telefônica, bem assim passou a se verificar alteração dos critérios de cálculo, para adoção dos estabelecidos pelo STJ, até mesmo em fase de cumprimento de sentença, de forma atentatória à coisa julgada, de forma que todos os acordos firmados vieram em favor de seus clientes.

Outrossim, no caso concreto, os critérios para cálculo da diferença de ações foram firmados ainda na fase de conhecimento, com definição da quantidade de ações a serem indenizadas e dos parâmetros de conversão, em decisão devidamente transitada em julgado, critérios pelos quais foi proposto o cumprimento da sentença, havendo mesmo o depósito pela companhia ré do valor inicialmente executado como garantia do juízo.

A impugnação ao cumprimento da sentença, portanto, não teria o condão de modificar o valor no quanto mais importante, qual seja, o de fundo, decorrente de cálculo, repita-se, cujos critérios já estavam definidos, abrigados sob a coisa julgada, conforme se extrai a partir dos documentos das fls. 07/40, não havendo justificativa para a expressiva renúncia operada em desfavor do demandante.

Assim, demonstrou o autor fato constitutivo de seu direito - a existência de acordo que minorou em cerca de 50% os créditos a ele devidos pela ação - não demonstrando o réu, modo cabal, o fato impeditivo do direito daquele, é de ser reformada a decisão vergastada no ponto.

No entanto, não há como ser acolhido na íntegra o valor de danos materiais pretendidos pelo autor. Veja-se que o montante depositado pelo demandado naquela ação representava a quantia de R\$ 24.799,63, em que R\$ 22.545,19 era devido ao autor e 10% disso, 2.254,51 era devido ao réu a título de verbas sucumbenciais.

Após o acordo, foi liberado em favor do autor a quantia de R\$ 11.205,50, de forma que foi ele lesado em um total de R\$ 11.339,69, a ser corrigido pelo IGP-M a contar do saque, com juros de mora a contar da citação, por se tratar de descumprimento contratual. (fls. 194-196, e-STJ)

No ponto, verifica-se que o Tribunal *a quo* pautou-se nos fundamentos de

que os prejuízos experimentados decorrem da renúncia, expressiva, operada em desfavor do demandante e que a impugnação ao cumprimento da sentença não teria o condão de modificar o valor no quanto mais importante, qual seja, o de fundo, decorrente de cálculo, repita-se, cujos critérios já estavam definidos, abrigados sob a coisa julgada.

Denota-se das razões recursais que os insurgentes limitaram-se a refutar a licitude do acordo realizado através de procuração válida, deixando de impugnar os demais fundamentos do acórdão recorrido, os quais são suficientes para manter o *decisum*, atraindo o óbice da Súmula n. 283 do STF, a saber:

Súmula n. 283 - É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. REPETIÇÃO INDÉBITO. **FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283 DO STF.** CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado. **2. O v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e o recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."** 3. A alteração da indenização por dano moral apenas é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, não cabe examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1286261/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 24/08/2018). [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO.

FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE PROVAS. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NºS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E NºS 7 E 211 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. 1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal. 2. Estando as razões do recurso dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, é inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal. [...] 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 312.515/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2014, DJe 02/09/2014) [grifou-se]

Desta forma, a existência de fundamento inatacado no acórdão recorrido faz incidir o teor da Súmula n. 283/STF, por analogia.

7. Por fim, no que toca à alegada ofensa aos artigos 240 do CPC/15, sustenta o recorrente que o termo inicial dos juros de mora, na indenização por dano material decorrente de responsabilidade contratual, é a data da citação e a partir do arbitramento do valor para o dano moral.

O Tribunal de origem, no particular, assim decidiu:

No entanto, não há como ser acolhido na íntegra o valor de danos materiais pretendidos pelo autor. Veja-se que o montante depositado pelo demandado naquela ação representava a quantia de R\$ 24.799,63, em que R\$ 22.545,19 era devido ao autor e 10% disso, 2.254,51 era devido ao réu a título de verbas sucumbenciais.

Após o acordo, foi liberado em favor do autor a quantia de R\$ 11.205,50, de forma que foi ele lesado em um total de R\$ 11.339,69, a ser corrigido pelo IGP-M a contar do saque, com juros de mora a contar da citação, por se tratar de descumprimento contratual. (fls. 195-196, e-STJ)

[...]

Dito isso, e levando-se em conta que a sentença de primeiro grau extinguiu o feito, reformo a sentença no ponto para o fim de fixar a quantia de R\$ 10.000,00, em favor da recorrente, a título de indenização por danos morais, valor que se mostra suficiente à recomposição do sofrimento psíquico a que esta foi submetida, lesada que foi em relação de confiança e submetida à espera injustificada para receber o que lhe é de direito, lapso durante o qual deixa de usufruir as correspondentes possibilidades.

A verba supracitada sofrerá correção monetária pelo IGP-M e será acrescida de juros moratórios a contar da data de citação. (fl. 199, e-STJ)

A jurisprudência consolidada desta Corte Superior sobre a matéria é no sentido de que, em se tratando de responsabilidade contratual, como no caso *sub judice*, os juros moratórios serão devidos a partir da citação, conforme o art. 405 do CC/2002.

Como se vê, o acórdão recorrido está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual nos casos de responsabilidade contratual, os juros moratórios incidem a partir da citação, consoante se extrai dos seguintes precedentes:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. ABUSO DE MANDATO. EXCESSO DE CONDENAÇÃO. SÚMULAS 05 E 07/STJ. JUROS DE MORA E TAXA SELIC. PRECEDENTES. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 07/STJ. 1. (...). **5. O termo inicial dos juros moratórios deve ser determinado a partir da natureza da relação jurídica mantida entre as partes.** **6. No caso, tratando-se de mandato, a relação jurídica tem natureza contratual, sendo o termo inicial dos juros moratórios a data da citação (art. 405 do CC).** 7.(...). 12. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. (REsp 1.403.005/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/4/2017, DJe 11/4/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS.** ACORDO SEM ANUÊNCIA DA PARTE CREDORA. REPARAÇÃO DEVIDA. ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. CITAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. (...) **2. A jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que, sendo a hipótese apreciada de responsabilidade contratual, o termo inicial dos juros de mora é a data da citação.** 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1266220/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018) [grifou-se]

Inafastável, na hipótese, a incidência da Súmula 83/STJ.

8. Do exposto, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator